

Esquerda armada brasileira: uma revisão histórica, política e sociológica

Brazilian Armed Left: A historical, political and sociological review

Lucineli Pikcius Bezerra de Siqueira¹

Resumo

Este trabalho foi realizado com o objetivo de compreender como a História e as Ciências Sociais estudam a luta armada que ocorreu no Brasil durante a ditadura militar 1964 a 1985. Realizamos uma pesquisa exploratória e essencialmente bibliográfica, que nos proporcionou identificar alguns dos motivos que geraram a ascensão dos grupos armados e também seu declínio. Além disso, conseguimos identificar algumas das características dos agentes e dos grupos que proporcionaram a estruturação das organizações armadas. Dividimos a literatura científica entre os ex-militantes da luta armada e os autores que não tiveram *parti pris* nesta experiência. A partir disso visualizamos algumas diferenças nos procedimentos metodológicos e nos resultados de todo o conjunto da literatura.

Palavras chave: Luta armada no Brasil, Extrema esquerda, Ditadura militar.

Abstract

This work was conducted in order to understand how History and the Social Sciences study the armed struggle that occurred in Brazil during the military dictatorship - 1964 to 1985. We conducted an exploratory and essentially bibliographic research, which made it possible for us to identify some of the causes that generated the rise of armed groups and their decline. In addition, we were able to identify some of the characteristics of agents and groups that provided the structure of the armed organizations. We divided the scientific literature between former militants of the armed struggle and authors who had not participated in this experiment. From this we noted some differences in the methodological procedures and in the results of the entire body of literature.

Keywords: Armed struggle in Brazil, Extreme left, Military dictatorship.

¹ Mestranda em Ciência Política - Universidade Federal do Paraná

Apresentação

Os debates científicos sobre os aspectos que circunscrevem o período da ditadura militar no Brasil aquecem os campos científicos das Ciências Sociais e da História. Existem muitas teses que explicam os motivos do golpe, as organizações de apoio e resistência a ele, o tipo de ditadura que resultou do pós-64¹, dentre outros temas. No entanto, verifica-se que as análises sobre a experiência da esquerda armada são majoritariamente do campo da História. Este trabalho representa um esforço em reconstruir as análises realizadas sobre a esquerda armada brasileira do último quartel da década de 1960, até o segundo

¹ Carlos Fico apresenta, analisa e confronta várias teses sobre os motivos e as razões do Golpe de 1964. Verificar: FICO, C. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.24, n° 47, p.29-64 2004. Em relação às teses que tratam das organizações de apoio ao golpe, consultar, por exemplo: MENDES, R.A.S. “Direitas, desenvolvimentismo e movimento de 1964”. In: Coleção Comenius. Democracia e Ditadura no Brasil. Ed. UERJ, Rio de Janeiro, 2006. Jacob Gorender e Marcelo Ridenti abordam as organizações de resistência ao golpe.

quartel da década de 1970 a partir das categorias analíticas das Ciências Sociais, tais como composição social, classes, organização interna e externa das facções da esquerda armada, relações entre as facções e as instituições civis e governamentais, com base em estudos da História e das Ciências Sociais.

Nosso objetivo é verificar na literatura científica os fatores de ascensão e declínio da esquerda armada, e as razões e significados internos e externos da luta armada. A pesquisa que gerou este trabalho foi exploratória e essencialmente bibliográfica. Importante frisar que para alcançar esse objetivo poderíamos ter utilizado outras referências, tais como biografias, documentos das organizações, materiais jornalísticos. No entanto, como não houve tempo hábil para analisar essas matérias que tornam mais tênue a linha entre o conhecimento científico e a realidade, priorizamos a literatura acadêmica, ainda que desta façam parte autores

que eram/são militantes de organizações de esquerda.

Ao analisar os textos selecionados para este trabalho priorizamos identificar e destacar o tipo de pesquisa realizada, o problema, a hipótese, e as conclusões de cada autor, para depois estabelecer conexões, comparações, complementações entre as teses sobre a esquerda armada. Nesse sentido, organizamos o trabalho em duas partes, sendo a primeira voltada a explorar as teses sobre como procedeu a ascensão da esquerda armada brasileira durante o período militar, e seu declínio na primeira metade da década de 1970; e a segunda parte destinada a esmiuçar quem, como e pelo que lutavam as organizações de esquerda armada a moral revolucionária; a violência revolucionária; a composição social das organizações. Ou seja, a lógica do trabalho consiste em situar as organizações armadas no processo estruturante do campo da esquerda brasileira, para isso desenvolvemos

um mapeamento dos aspectos constituintes dessas organizações. A síntese desse procedimento resultou na formulação de algumas hipóteses que poderão ser analisadas futuramente.

A pesquisa nos revelou que alguns estudiosos que eram militantes no período ditatorial-militar, preocuparam-se, sobretudo, em detectar os motivos e as causas da derrota da esquerda armada e dos movimentos de massa. Também há a tendência desses autores em direcionar seus estudos para frisar diferenças táticas e estratégicas entre as diversas organizações que lutavam contra a ditadura. Essas diferenças são importantes, mas insistir em basear as análises nelas nos impede de avançar na compreensão da resistência à ditadura militar como um período de acontecimentos estruturantes da esquerda brasileira. Falaremos disso mais a frente. Os trabalhos científicos realizados por gerações posteriores à luta armada abordam essa experiência a partir de

múltiplos aspectos que não necessariamente estão comprometidos com uma determinada linha política, mas que pretendem reconstruir a história de militantes e organizações, bem como suas principais contribuições na transformação da sociedade brasileira.

A pesquisa também gerou a hipótese de que à medida que direitos de natureza democrática são violados, torna-se previsível a luta por estes. E é nesse sentido que usamos o termo “extrema esquerda”, pois num período de radicalização de uma ditadura, a tendência é que direita e esquerda caminhem ao extremo. As frações de classes que mais provavelmente lutariam para recuperar e garantir direitos democráticos seriam aquelas com maior capital cultural para compreender a dimensão das perdas propriamente democráticas. Isso explicaria os motivos das táticas de guerrilha saírem dos pensamentos e dos documentos num momento

ditatorial, e da participação predominante das camadas médias das classes sociais. Essas hipóteses são conclusões do trabalho, e não foram testadas, podendo sê-las futuramente.

O interesse principal que fez surgir este trabalho está relacionado às inúmeras interrogações em torno dos significados, dos motivos e da relação entre concepções e ações de uma fração da esquerda que se radicalizou no interior de um contexto ditatorial. Tal radicalização esvaia-se à medida que retorna a democracia e suas instituições. Portanto, hoje em dia, é mais difícil falar em “extrema esquerda”, levando em conta ações práticas, e não concepções políticas. Portanto, este debate pode tornar mais evidentes alguns dos motivos que fazem surgir organizações políticas classistas radicalizadas em específicas condições históricas.

Parte I Teses sobre as razões e os significados da ascensão e do declínio da esquerda armada brasileira

Não é estranho esbarrarmos no termo “aventura” quando se trata da luta armada contra a ditadura militar no Brasil, executada por organizações de esquerda que viam nessa alternativa a solução contra a ditadura militar. Tal termo sugere que os grupos que optaram por essa via foram efêmeros no campo da esquerda brasileira, pois se consolidaram em 1968 e declinaram em 1975. Os marcos dessa divisão são: i) o AI-5 e a impossibilidade de organizar movimento de massa; e, ii) o assalto total da Guerrilha do Araguaia, última a ser desarticulada pela repressão militar. Ainda que efêmera, acreditamos mas não sustentaremos isso aqui que a experiência da luta armada culmina em rupturas e continuidades no *habitus* da atual esquerda brasileira. Remontar essa trajetória pode constituir em tarefa árdua de

pesquisa, além de ser um campo pouco explorado. Na onda dessa curiosidade, apresentaremos nesta parte algumas teses importantes sobre ascensão e o declínio da esquerda armada, pressupondo que isso nos leve a compreender em alguma medida o sentido, ou razão, dessa “aventura”.

Também não é estranho encontrarmos entre aqueles que viveram essa experiência uma disposição maior em apontar a origem e principalmente os motivos do fim, ou da derrota, das facções armadas da esquerda. Percebemos que uma pesquisa realizada com base numa relação muito próxima entre cientista e objeto tem pontos negativos, e também positivos. Dentre estes destacamos a riqueza nos detalhes e informações do dia-a-dia das organizações, e dentre aqueles destacamos a passionalidade militante, que pode gerar uma análise com tendências voltadas a defesa direta ou indireta de teses e orientações político-partidárias.

Entre os que representam esse grupo de autores com *parti pris* na experiência, que vivenciaram em algum grau a política numa organização armada, destacamos: João Quartim de Moraes, expulso da VPR em 1969, por determinação de Onofre Pinto – divergência na linha política (GORENDER, 1987, p.133); Daniel Aarão Reis Filho, ex-militante da Dissidência da Guanabara (DIGB), que posteriormente nomeou-se Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) (RIDENTI, 2010, p.30); Jacob Gorender, ex-militante do PCB, que rompeu com este e fundou, junto a outros dissidentes o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), cuja estratégia girava em torno da revolução socialista imediata, ainda que esta não fosse realizada apenas pela via armada, mas acompanhada de um trabalho de massa (RIDENTI, 2010, p.259). Nos estudos atuais, realizados por autores que vieram nas próximas gerações, e, portanto, não participaram organicamente

da luta armada, percebemos que as abordagens e as conclusões já não estão mais voltadas a entender o porquê de uma suposta derrota ou qual organização estava mais ou menos certa em suas estratégias e táticas. O estudo sociológico de Marcelo Ridenti (2010), por exemplo, contribui para entender como era formado o campo da esquerda que lutou contra a ditadura, como surgiram, como se organizavam, quem lutava, como era o contexto social, cultural, político. Outros trabalhos mais atuais analisam, por exemplo, o papel do exílio na configuração da esquerda (ROLLEMBERG, 2007) e o papel dos intelectuais (RAMOS, 2006).

Um dos dilemas do primeiro grupo de autores com *parti pris* se expressa numa das teses de João Quartim de Moraes (1989), o qual demonstrou que a luta armada no Brasil foi uma resposta aos problemas internos, e não mero reflexo do que ocorria em outros países. Essa discussão veio do campo

político para o teórico. Moraes coloca que desde as mobilizações de massas, como as estudantis da década de 1960, até o surgimento da esquerda armada, os motivadores eram gerados por problemas essencialmente nacionais. Na linguagem militante isso representa que não foi nenhuma organização soviética ou cubana, por exemplo, que organizou horizontalmente a luta armada. Nesse sentido, para Moraes, a esquerda armada brasileira foi uma resposta direta a duas questões: o Golpe de 1964 e a consolidação do Estado ditatorial através da Constituição de 1967. A conjuntura era mais favorável para alguma participação política durante a primeira fase da ditadura, quando os movimentos de massa agiam com maior constância e organicidade, como o próprio João Quartim de Moraes lembra: “até o dia 13 de dezembro de 1968 (...) a imprensa se exprimiu com alguma liberdade e a oposição pode fazer valer publicamente suas críticas e suas denúncias” (1989, p.135-136). O

movimento estudantil é destacado por Moraes como um movimento que atuou até esse período com pautas construídas a partir das condições políticas e econômicas sobretudo relacionadas à educação internas ao país, e constituía um embrião da esquerda armada.

As facções que aderiam ao movimento de massa perderam espaço de atuação política no decorrer do amadurecimento da repressão ditatorial. No percurso da supressão dos direitos políticos e logo dos humanos, a esquerda em questão passou a adotar outros métodos de luta contra a ditadura, pois as ações de massa foram ficando cada vez mais inviáveis. Nesse sentido, parte daqueles que antes compunham os movimentos de massa, principalmente o estudantil, optou por organizar e realizar guerrilhas contra o novo regime político. Essas organizações surgem a partir da crença/constatação da impossibilidade do trabalho de massas, fortemente reprimido pela

Ditadura. Esses fatos ilustram a afirmação de que a luta armada é fruto da conjuntura nacional, no entanto é inegável que ela também tenha tido motivadores externos, como por exemplo, os treinamentos ofertados pelo Estado Revolucionário de Cuba e da China. Podemos dizer que o golpe de 1964 e o aprofundamento do Estado Ditatorial-Militar e a Constituição Federal de 1967 foram os estopins para a luta armada, fatos que justificam uma guinada aos métodos militaristas de luta política. João Quartim de Moraes diz ter havido, em 1968, um encontro acidental (MORAES, 1989, p.144)² entre ações de massa em declínio e ações armadas em ascensão, desse encontro surgiram tipos específicos de facções: aquelas que defendiam a junção das duas táticas trabalho de massas e ações armadas; e outra que acreditava na via única da luta armada. Sendo que o fim da

² O autor diz ser acidental pois, para ele, “não há relação direta de causa e efeito entre ambos” p.144.

experiência ocorreu depois de um intenso processo de repressão e de aprofundamento da ilegalidade.

As organizações de ambos os tipos sofreram do que o autor chama de “um desvio relativamente às suas concepções estratégicas”, pois muitas organizações “estavam perseguindo outros objetivos estratégicos” (1989, p.144). Isso quer dizer, de acordo com nossa leitura, que na teoria, a esquerda armada defendia a revolução socialista, e o objetivo era um novo modelo de produção social, e isso exige tomar de assalto o Estado. Mas esse romântico objetivo não encontrava bases materiais e nem humanas para acontecer de fato. Na prática, a esquerda armada lutava para se expressar, para se manter, apesar de estar na ilegalidade; ou seja, a luta imediata era garantir o mínimo de democracia. Se isso for verdade, as teses, talvez então as declarações e toda fonte primária de pesquisa trariam em si essa contradição, pois concebem automaticamente a

esquerda armada como “revolucionárias”, ao invés de “guiadas pela vontade revolucionária”. Isso nos faz questionar o alcance das análises dos documentos das organizações, como reveladores das razões e ações internas e externas destas. Defendemos que fontes primárias são mais úteis como fontes discursivas de atores e atrizes, individuais e coletivos, que compuseram a experiência.

A abordagem de Daniel Aarão Reis Filho também transpõe um problema do campo político para o campo das análises acadêmicas, o autor acerta as contas com os comunistas do PCB e elenca uma série de erros organizacionais gerados pelos comunistas que levaram à derrota da esquerda para o Estado ditatorial. Os comunistas da década de 60 são como raízes das organizações armadas, que surgem como alternativa à impossibilidade das ações de massa, e também como alternativa às teses e orientações

democrático-nacionais do PCB. O autor afirma que “as organizações comunistas autoproclamavam-se vanguardas políticas, estados-maiores” (1990, p.16), inspiradas nas grandes referências históricas internacionais, como Lenin, Mao Tsé-Tung, Guevara. Essa autoproclamação gerava uma onda, entre os militantes comunistas brasileiros, de que a revolução estava em processo de concretização, e isso dependia da vanguarda, de suas capacidades e valores (1990, p.40). Para Reis Filho, essa certeza mostrou-se falsa na medida em que se desdobravam os processos que culminaram na derrota da esquerda, e a conseqüente vitória do Estado militar, por isso: “A revolução faltou ao encontro”.

Reis Filho (1990) remonta o conjunto das características que formam a natureza das facções comunistas, essa natureza passa a ser responsável pela derrota de todo o conjunto da esquerda para as forças golpistas. O autor afirma

indiretamente que se a esquerda tivesse agido de outra forma e sob outras bases, possivelmente poderiam assegurar a derrota do golpe militar. Sabemos que é muito complicado explicar um fato pelo que não aconteceu, mas poderia ter acontecido. As características da esquerda que levaram seu imenso conjunto à derrota são chamadas por Reis Filho de “mitos coesionadores: a revolução socialista (...) a missão redentora do proletariado” (1990, p.182); as características vanguardistas; o alto grau, exigido e exercido, de disciplina e conduta revolucionária; o papel majoritário dos intelectuais. Portanto seriam estes “os fatores determinantes dos ‘erros’ de avaliação que levam a tantos desencontros, a tantas derrotas” (REIS FILHO, 1990, p. 184), essas características são as mesmas de organizações que outrora, e em outro lugar, foram vitoriosas em relação aos seus projetos políticos. O que o autor sugere é que a esquerda comunista brasileira de 1960 tinha

forte referência nos modelos das organizações comunistas que, sob algum aspecto, foram vitoriosas em processos de conflitos sociais. Vemos aqui uma opinião que diverge da tese de Moraes que vimos anteriormente. O sentimento de ser vanguarda do proletariado, com responsabilidades quase épicas, não tinha projeção material, visto que a composição social de tais facções era formada principalmente por “elites sociais intelectualizadas, com alto nível de instrução, muito jovens, do sexo masculino, residindo em algumas poucas grandes cidades” (1990, p.184), como veremos mais a frente.

Os comunistas, portanto, não conseguiram sistematizar uma oposição e assim não foram capazes de impedir o golpe. Nesse sentido, nosso terceiro autor com *parti pris* na luta armada, Jacob Gorender, afirma que a esquerda reconhece a derrota de 1964 e constrói um modelo de organização que representa uma “violência retardada” (1987, p.249). Portanto, este autor não vê um

continuum entre comunistas de 1960 e os guerrilheiros do pós-64, como viu Reis Filho. Gorender remonta a gênese da esquerda armada a partir de suas matrizes organizacionais. Ou seja, o campo da esquerda brasileira, antes de 1964 era formado: a) pelos comunistas do PCB, que abrem os anos 1960 defendendo as duas etapas da revolução socialista no Brasil, concepção oriunda do VI Congresso da Internacional Comunista, em 1928. A primeira etapa é democrático-nacional, que seria uma revolução burguesa, capaz de fazer com que a sociedade brasileira desenvolvesse potencialmente o capitalismo e suas instituições, avançando no sentido democrático. Essa etapa daria condições para a segunda etapa da revolução, que seria socialista (GORENDER, 1987, p.29-30); b) pela ala Stalinista, de concepções maoístas, que racha com o PCB em 1962, por conturbações causadas pelo relatório de Khruchov e por conflitos gerados por diferenças nas concepções da prática

partidária. Esta ala rompe com o PCB e forma o PCdoB³; c) havia também os trotskistas do POR (T) Partido Operário Revolucionário (Trotskistas), que defendiam o obreirismo e o Estado operário; d) a ORM-POLOP (Organização Revolucionária Marxista, da revista Política Operária), restrita ao ambiente intelectual, absorveu de forma não dogmática a produção trotskista; e) a AP (Ação Popular), oriunda do movimento estudantil católico, que pretendia chegar ao socialismo a partir de ações efetivas de massas, tendo em vista reivindicações relacionadas às reformas de bases; f) as Ligas Camponesas, que a partir de 1961 defendem a guerra de guerrilhas como forma de chegar ao socialismo; e, g) a linha brizolista, que não era socialista, mas se destacou pelo populismo trabalhista (1987, p.20-39).

³ Em 1960, no V Congresso do PCB, este muda o nome de “Partido Comunista do Brasil” para “Partido Comunista Brasileiro”, para se defender das acusações que diziam que o PCB era uma seção da Internacional Comunista no Brasil.

Para Gorender essas organizações sofriam de males que as impossibilitaram de resistir ao golpe e fazer uma revolução. São características comuns a elas:

A hegemonia da liderança nacionalista burguesa, a falta de unidade entre as várias correntes, a competição entre chefias personalistas, as insuficiências organizativas, os erros desastrosos acumulados, as ilusões reboquistas e as incontinências retóricas tudo isso em conjunto explica o fracasso da esquerda. Houve a possibilidade de vencer, mas foi perdida (1987, p.67).

Gorender afirma que houve uma falência dos modelos organizativos das organizações revolucionárias, que se tornou evidente em 1964. O caminho pacífico estava descartado por muitos militantes. Dessa forma, a teoria foquista da revolução cubana torna-se uma alternativa viável para as condições brasileiras, um foco guerrilheiro faria amadurecer as condições subjetivas inerentes à revolução socialista. Somado ao foquismo, “as sentenças de Mao *os imperialistas e os reacionários são tigres de papel, o poder nasce da boca do fuzil* se tornaram senhas mágicas (...) da

esquerda brasileira” (1987, p.79-83). É nesse sentido que o autor concebe a esquerda armada como um conjunto de organizações que surgiram motivadas pelos erros anteriores e pelas inspirações dos grandes feitos revolucionários militaristas. Isso gerou a composição do que Reis Filho chama de “violência retardada”, pois foi o reconhecimento das causas da derrota de 1964 que fez a esquerda optar pelas armas e abandonar muitos elementos do leninismo e das “velhas” práticas do PCB.

O foquismo, o maoísmo e o trotskismo ainda que sejam correntes com concepções políticas diferentes e divergentes entre si formam o que Gorender chama de “Receitas para a luta armada”, que influenciam essa ala da esquerda brasileira, pois concordam em um aspecto: a própria luta armada. A partir da análise de Gorender, compreendemos que pode ter havido um alto grau de incorporação dos modelos revolucionários

internacionais. O autor destaca várias facções armadas que surgiram no pós-64: aquelas que surgem do racha no interior do PCB, propondo a luta armada imediata a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); o Movimento Nacionalista Revolucionário, oriundo “da articulação entre exilados de Montevideú e os adeptos de Brizola no Brasil” (1987, p.127), que defendiam o foco guerrilheiro; a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), dissidência foquista da Política Operária (POLOP); a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), que surge de uma decomposição da VPR, que se junta com parte do Comando de Libertação Nacional (COLINA). Essas organizações, e outras que optaram pela luta armada, sustentavam-se na clandestinidade, e sobreviveram nessas condições por um curto período, entre 1968 e 1974. A situação de clandestinidade, segundo Gorender, gerou o

esgotamento da esquerda armada, que se apoiava em assaltos, fugas, sequestros, ações armadas urbanas em geral, para dar condições de existência às suas organizações. Mais uma vez aparece a questão da diferença entre objetivos políticos e realidade política da esquerda armada no discurso acadêmico de autores *com parti pris*.

O aprofundamento da repressão pós AI-5 gerou a certeza de que “o capítulo das lutas de massas estava encerrado” (GORENDER, 1987, p.153), restando à luta armada o combate frontal e militarizado. É como se a violência tivesse sido a última cartada, o último apelo de poder organizar-se. No entanto, a repressão do Estado foi aprimorada com mecanismos que apelaram à profunda investigação, baseada em prisões e torturas. Dessa forma a esquerda armada foi fatalmente perseguida, criminalizada e desmantelada. Gorender destaca que nessas condições, cada vez mais, os grupos passam a carecer de base

social. Além disso, entre 1968 e 1974 o “milagre econômico”, fruto da modernização conservadora, estava no seu auge, fortalecendo o apoio civil aos militares, em detrimento aos ditos “subversivos” (1987, p.158-159). Gorender relaciona o fracasso da esquerda armada com questões internas (os erros) das organizações como sectarismo e vanguardismo e externas a elas as condições determinadas pela política de repressão do Estado Militar. O autor ainda toca na questão da composição social da esquerda armada, colocando que o Estado Militar “cortou os galhos podres da própria classe dominante para defendê-la” (GORENDER, p.227), ou seja, as organizações armadas eram formadas por frações mais privilegiadas das classes sociais. Em resposta à violência militar, surge a inevitável violência dos oprimidos (das referidas frações de classes). O autor finaliza sua análise afirmando que o sentido da experiência armada foi a violência retardada, elaborada desde

1965, em resposta à derrota expressa pelo golpe. Essa violência retardada, ainda que organizada, falhou e novamente a esquerda perdeu. É como se a antiga lei penal de Talião estivesse na agenda do dia: “olho por olho, dente por dente”, violência não tem outro antídoto que não seja ela mesma.

Para Alcides Freire Ramos (2006), autor que não teve *parti pris* na luta armada, o golpe de 1964 gerou um intenso processo de autocrítica nas organizações de esquerda, que as levaram a perceber que os erros eram frutos da moral e do comportamento pequeno-burguês, sobretudo entre os dirigentes (2006, p. 3-5). Esse processo de autocrítica se intensificou nas esquerdas armadas, ainda que a composição social destas não fugisse ao padrão pequeno-burguês intelectualizado. De qualquer forma, os militantes das facções armadas, longe de serem maioria proletária, acreditavam que “o trabalho deveria continuar, a

partir do material humano disponível” (2006, p. 7). O comportamento dos guerrilheiros era guiado pela confiança na Revolução, e pela certeza de que “firmeza, convicção ideológica e espírito de sacrifício” desencadearia este evento (2006, p.8). Essa autocrítica levou a esquerda armada a substituir o intelectual pelo combatente revolucionário, fator responsável pelo processo que intensificou a militarização da extrema esquerda no período ditatorial. Podemos identificar a máxima desse processo na Ação de Libertação Nacional (ALN), de Carlos Marighella e Câmara Ferreira, ex-militantes do PCB, que passaram a promulgar a ação revolucionária como fator central da organização, em detrimento das discussões teóricas, postas de lado.

O autor afirma que “o intelectual de origem e formação pequeno-burguesa, que desejasse se transformar em combatente deveria passar por um processo de morte

simbólica” (RAMOS, 2006, p. 10). É aqui que a análise de Ramos, como autor sem participação militante na luta armada, se diferencia dos autores anteriores, pois foca no sujeito militante, mas mesmo assim o autor parte do binômio erro/acerto, vitória/derrota. A morte simbólica deriva de uma sequência de prescrições de comportamentos, que foram identificadas por Ramos nos documentos das organizações, já nos depoimentos dos militantes o autor destaca as dificuldades que estes encontravam em proceder tais prescrições. As dificuldades dos militantes em serem sujeitos da revolução giravam em torno da convivência com a morte, em dois sentidos, o simbólico, acima descrito, e a concreta, advinda da intensa repressão (2006, p.14). Esses fatores dificultaram a criação do combatente e do intelectual orgânico, em detrimento do pequeno-burguês. E nesse sentido, a esquerda armada não se constituiu em grupos políticos potencialmente revolucionários,

devido à contradição entre a real identidade de classe dos militantes, e aquela desejada, prescrita pelas organizações a partir dos processos de autocrítica. Além disso, o que se esperava dos militantes eram posturas que poucos adotam, dada a diversidade de preferências e tendências de indivíduos.

Façamos agora uma breve comparação metodológica e conclusiva entre estes autores, com o objetivo de visualizar como a literatura clássica e estudos mais recentes da História e da Sociologia vêm tratando do período de maior radicalização da esquerda brasileira. João Quartim de Moraes, para defender sua hipótese⁴, faz uma análise comparativa entre os eventos históricos e as possibilidades do contrário, utilizando a tese marxiana de que “o concreto é a síntese de múltiplas determinações” (1989, p. 138), logo a luta armada é a síntese de

múltiplas determinações. Nesse sentido, se o golpe e a Constituição de 1967 não tivessem ocorrido, seriam mínimas as chances de ter acontecido a luta armada. Moraes parte da afirmação de Jacob Gorender, e a supera. Para este autor, a luta armada representou uma violência retardada, uma resposta à derrota de 1964, no entanto Moraes esclarece que esta afirmativa esbarra em alguns detalhes: “aqueles que tomaram a decisão de não lutar em 1964, continuaram a não lutar em 1968” (MORAES, 1968, p.140), além disso, no período de desencadeamento da luta armada, as condições favoreciam mais o amadurecimento desta, devido ao aprofundamento ditatorial. Moraes também se opõe a Gorender no que se refere ao erro fundamental das esquerdas, de não se prepararem devidamente para a luta armada, como se esta fosse uma fatalidade (1968, p. 141), para Moraes essa tese de Gorender engessa o movimento da luta de classes. Parece-nos que a

⁴ De que a luta armada resultou da condição política posta pela Ditadura Militar, sendo a CF 1967 pré-condição, pois regulamenta os processos de coesão do Estado militarizado.

análise de Gorender pretende-se mais normativa no que se refere às formas de luta, e isso reflete um pouco da relação do autor com o objeto, como o próprio João Quartim de Moraes frisa. Este autor também engessa, em certa medida, a apreciação sobre o desencadeamento da luta armada, ao delimitar rigorosamente, como dito alhures neste trabalho, os condicionantes da luta armada no Brasil e a necessidade de um verdadeiro partido de vanguarda que, segundo ele, faltou na resistência ao Estado Militar. Na mesma linha, determinada pelo alto grau de envolvimento do pensador com o objeto pensado, Reis Filho defende que naquele período, a esquerda tinha “um projeto político com vida própria” (1990, p. 18), e os militantes estavam condicionados a ele, precisavam manter princípios e condutas prescritas, e isso exigia mais dos militantes do que a compreensão da própria luta de classes no Brasil. Nesse processo

encontram-se os repetidos erros da esquerda e suas consequentes derrotas. O autor remonta, numa pesquisa explicativa, o percurso da esquerda brasileira de modo a apresentá-la como um campo político constituído por grupos, cuja coesão estava alinhada aos parâmetros dos “revolucionários vitoriosos” (1990, p.186). Portanto, Reis Filho deixa recair sobre a esquerda todo o peso de sua própria derrota, ao mesmo tempo em que a minimiza enquanto agentes transformadoras da realidade social. As assertivas elaboradas por Reis Filho são em parte convergentes com Moraes, quando este destaca o forte componente dogmático das facções armadas, no entanto, Reis Filho parece muito mais disposto a um “acerto de contas” do que Moraes. A Tabela 1 demonstra as diferentes conclusões dos autores acerca do tema que estamos abordando.

Tabela 1. Teses de autores que militavam em organizações de

esquerda, sobre ascensão e declínio da luta armada no Brasil

	Desencadeamento da luta armada	Declínio da luta armada
Moraes	Resposta aos condicionantes internos - golpe e aprofundamento ditatorial ligado a CF67 - e ao percurso dos movimentos de massas	Terrorismo de Estado
Gorender	"Violência Retardada" - ou seja, uma resposta à derrota configurada pelo golpe de 1964, em que a oposição estava sem direção.	A esquerda não se preparou para a luta armada
Reis Filho	Resposta aos erros da prática democrática e massistas advindas das teses do PCB, que geram organizações guiadas por novas concepções de luta.	Erros de condutas, tais como o vanguardismo e a fragmentação das facções; erros de leitura da realidade da luta de classes no Brasil.

(Organizado pela autora)

Alcides Ramos, numa abordagem histórica, foca no papel do intelectual revolucionário, e como este foi se modificando, e passou do intelectual pequeno-burguês, teorista, para o combatente revolucionário. Ambos os papéis sociais parecem pouco comuns na sociedade. A substituição de um pelo

outro se deu com a ascensão da luta armada, ou seja, o agente político que combina com organizações extremistas e armadas é aquele que age muito mais que estuda a conjuntura nacional. Portanto, a conjuntura política determina a agenda das organizações políticas. Ramos não apresenta os mesmos

impasses dos que militaram na esquerda durante o período, isso resulta numa análise menos prescritiva. Além disso, o autor não se preocupa em explicar como a esquerda armada surgiu, mas sim um efeito gerado por esta nas organizações de esquerda. O autor compara documentos das organizações com depoimentos de guerrilheiros, e conclui que o militante almejado pelas organizações se constituía num tipo difícil de concretizar-se, e isso formava um dilema para os guerrilheiros, que passavam por um processo de morte simbólica para se adequarem aos padrões.

Em suma, todos os autores fazem alguma referência à composição social da esquerda armada, sendo o intelectual um agente social ligado aos cargos dirigentes, e reconhecido como a fração de classe preponderante nas facções armadas. Também em algum grau, todos os autores partem do julgamento “errou ou acertou”, e se

importam com os “erros”, muito mais do que com os acertos, das ações e decisões das referidas facções, dado o resultado final da disputa nada justa entre esquerda resistente e ditadura militar. Há uma predominância da historiografia, em detrimento dos métodos da pesquisa social, da análise de discurso, das trajetórias, das instituições. A base dessas análises são documentos, depoimentos e experiências, e o uso de métodos quantitativos é escasso. Para efeito deste trabalho, defendo que a história dos vencidos também é formada de acertos da parte destes e, ainda que a derrota tenha ocorrido, nem sempre o vencido tem responsabilidade por ela. O que importa para a ciência não é julgar se um ou outro lado estava certo, mas sim identificar continuidades e rupturas entre fatos políticos e sociais do passado e a atualidade. A luta armada ainda não foi conectada com a atualidade, e acreditamos que essa agenda política seja importante para entender o *habitus* numa

linguagem bourdieusiana do campo da atual esquerda brasileira.

Medir forças com aqueles que possuem os meios de coação é uma tarefa a qual se devem considerar fatores que escapam da lógica da derrota/vitória. A luta desigual e essa desigualdade tem níveis, que talvez possamos definir comparando os meios de um e outro lado entre grupos sociais, determinada pela posse dos meios de coação e pela legitimidade da representação de classes e frações de classes, acaba determinando o resultado de um processo de combate. Com mais ou menos coesão, nascida de tal ou qual processo, a esquerda armada era fraquíssima frente ao inimigo número um, a ditadura, e mais fraca ainda quando comparada ao inimigo sistêmico, o capitalismo. A base social de apoio era cada vez mais estreita e a posse de recursos de guerra era infinitamente menor; grande era a confiança de que uma vanguarda bem organizada poderia transformar os rumos da sociedade.

A desigualdade de recursos foi importante tanto para a vitória do golpe sob a esquerda em 1964, quanto para a intensificação da repressão pós AI-5. Dado que os golpistas também estavam fragmentados e sua ação em 1964 não estava tão bem planejada como recorrentemente podemos imaginar.

Parte II Características das organizações armadas

Inserir a esquerda armada no campo político, com o objetivo de compreender os motivos de sua ascensão e declínio, requer reconstruir algumas de suas características, que apontem para a forma e para o significado destas organizações no campo político. Assim, nesta parte do artigo apresentaremos a esquerda armada sob o prisma de autores sem *parti pris* que destacaram: i) a sua composição social; ii) as teorias revolucionárias que serviram como norteadoras das organizações; iii) a moral estruturante

do militante e estruturada pela organização e; iv) a violência revolucionária. Essas características foram destacadas por serem recorrentes na literatura sobre o tema.

2.1 Composição social da esquerda armada

A composição social da esquerda diz respeito à relação que estas organizações têm com as bases da sociedade. Ou seja, quais classes e frações de classes deram origem à luta armada, e quais classes e frações de classes essas se dispuseram a representar. Nesse sentido, Marcelo Ridenti (2010), com base nos dados do Projeto Brasil Nunca Mais que pretende esclarecer e divulgar a violação de direitos humanos cometida pelo Estado Militar analisou as bases sociais da esquerda armada (2010, p.163-238). Esse estudo é importante no campo da projeção social dessa parte da esquerda. Ridenti, ainda sobre o prisma derrota/vitória, afirma que a

derrota da luta armada tem relação com a representação das bases sociais. Para ele, a derrota não foi de uma ou outra organização, mas sim “de um projeto político de representação” (2010, p. 241); sem apoio das bases sociais, as ações armadas estavam condenadas ao próprio fim. Ou seja, as classes e frações de classes que formavam a esquerda armada eram distintas daquelas cujos interesses eram defendidos por estas. Na nossa leitura, havia uma distância considerável entre representantes e representados no campo da esquerda.

Os dados analisados por Ridenti formam uma amostra que não representa todo o universo da esquerda armada, mesmo assim sugerem valiosas informações sobre a origem social dos militantes das referidas organizações. Abaixo apresentamos duas tabelas, que sintetizam um pouco a origem social da esquerda, e mais especificamente das facções armadas. Os militantes

listados na tabela compunham as seguintes organizações: “ALA”, “ALN”, “AP”, “COLINA”, “CORRENTE”, “DI-DF”, “DVP”, “FALN”, “FLNe”, “G. de 11”, “MAR”, “MEL”, “MNR”, “MOLIPO”, “MR-21”, “MR-26”, “MR-8”, “MRM”, “PCdoB”, “PCB”, “PCBR”, “PCR”, “POC”, “POLOP”, “PORT”, “PRT”, “RAN”, “REDE”, “VAR”, “VPR”, “Vários grupos” (Ridenti, 2010, p.277). Quando analisados um a um, notamos que nem todos os grupos eram adeptos preconizavam e/ou agiam da luta armada. Dos que optaram por esse tipo de tática seja com referência no foquismo cubano,

na guerra popular chinesa ou em qualquer experiência que preconizou formas de lutas contabilizamos dezoito organizações que seguramente optaram pela via das armas: (“ALA”, “ALN”, “COLINA”, “FALN”, “FLNe”, “MAR”, “MNR”, “MOLIPO”, “MR-26”, “MR-8”, “PCdoB”, “PCBR”, “POC”, “PRT”, “RAN”, “REDE”, “VAR”, “VPR”). Dessas organizações participavam indivíduos que Ridenti categorizou como pertencentes a “camadas de base”, “camadas em transição” e “camadas médias intelectualizadas”, descritas nas seguintes tabelas.

Tabela 2. Composição Social da Esquerda – todas as citadas

	Camadas de Base: Lavradores, militares de baixa patente e trabalhadores manuais urbanos	Camadas em transição: Autônomos, empregados, funcionários públicos, militantes, técnicos médios e outros.	Camadas médias intelectualizadas: empresários, estudantes, oficiais militares, professores, profissionais liberais ou com formação superior e religiosos.	Total
Total de militantes com ocupação conhecida	704 (19,0%)	1.085 (29,4%)	1.908 (51,6%)	3.698 (100%)

(Fonte: adaptado de Ridenti, 2010, p.277.)

Tabela 3. Composição Social da Esquerda – facções seguramente armadas

	Camadas de Base: Lavradores, militares de baixa patente e trabalhadores manuais urbanos	Camadas em transição: Autônomos, empregados, funcionários públicos, militantes, técnicos médios e outros.	Camadas médias intelectualizadas: empresários, estudantes, oficiais militares, professores, profissionais liberais ou com formação superior e religiosos.	Total
Total de militantes com ocupação conhecida	273 (14,7%)	498 (26,8%)	1.089 (58,5%)	1.860 (100%)

(Fonte: adaptado de Ridenti, 2010, p.277.)

As tabelas demonstram que no seio da esquerda armada, as camadas médias intelectualizadas eram predominantes. Quando comparamos os dados das duas tabelas e quando destacamos a esquerda armada do conjunto da esquerda, percebemos que dos 1.908 militantes oriundos das camadas médias intelectualizadas, 1.089 pertenciam a grupos armados. Ou seja, o trabalho de Ridenti nos mostra que a esquerda armada era mais elitizada que o restante das esquerdas, a origem social dos grupos armados estava, preeminentemente, entre as frações mais privilegiadas da classe trabalhadora e da pequena burguesia, visto que as “camadas médias intelectualizadas” são formadas por trabalhadores

especializados e pela pequena e média burguesia, proprietários dos meios de produção e frações mais privilegiadas das classes-que-vivem-de-trabalho. Ou seja, a representação de classe que era projetada pelas teses das esquerdas armadas não revelava suas próprias formações. As frações da classe trabalhadora que estavam em processo de ascensão ou em ascensão social, aos moldes do capitalismo, lutavam motivadas pelos problemas sociais vividos pelas frações mais exploradas da classe trabalhadora. De fato, havia um problema de representação social.

2.2 Esquerda armada e teorias revolucionárias

A esquerda armada brasileira surge de um declínio das concepções teóricas e práticas advindas da

estratégia democrática-nacional, defendida pelo PCB, como já vimos. Para as facções armadas, acreditar que há uma etapa revolucionário-burguesa entre capitalismo e socialismo no sentido de desenvolver as bases para o total amadurecimento do capitalismo, e por isso para uma revolução proletária pesou na derrota de 1964, como indicam diversos autores, como Ridenti (2010), Gorender (1987) entre outros. Armar-se indicava uma mudança de tática e, portanto, de concepções de como se fazer revolução, já que a via pacífica e democrática mostrou-se falha, na mesma medida que a via armada apresentava-se como vitoriosa em Cuba, na China, etc. Fazer a revolução socialista era a ação política fundamental desses grupos, ainda que o motivo último tenha sido o aprofundamento da ditadura. Baseados no completo imobilismo da esquerda frente ao golpe de 1964, alguns militantes passam a defender novos métodos, inspirados em

revoluções como a chinesa, a argelina, a cubana. Ridenti (2010), com base num artigo de Marco Aurélio Garcia, desdobra as características que diferenciavam a esquerda brasileira. Separou-se

em três grandes coordenadas as divergências entre os vários grupos em que se fragmentava a esquerda brasileira na década de 1960: uma referente ao caráter da revolução brasileira; outra, às formas de luta para chegar ao poder; uma terceira, ao tipo de organização necessária à revolução. As divergências em torno desses três grandes temas no interior das esquerdas tinham como paralelo indissociável as transformações pelas quais passava a sociedade brasileira (RIDENTI, 2010, p.32).

Estas subdivisões propostas por Garcia, bem como a indissociabilidade da conjuntura social apontada por Ridenti, são eficazes para demonstrar sob quais pilares teórico-metodológicos se constituiu e desenvolveu a esquerda armada. O grau de superação das precedentes formas de compreender o capitalismo, a luta de classes no Brasil e a ação no campo político variaram entre as organizações armadas, no entanto Ridenti defende que “muitas organizações que

pegaram em armas mantiveram com poucas alterações” o esquema democrático-nacional etapista do PCB (Ridenti, 2010, p.33). Isso quer dizer que mesmo havendo uma superação teórica das estratégias pecebistas, a esquerda armada ainda

reproduzia muitas das suas ações. O quadro abaixo sintetiza as subdivisões de Garcia, usada por Ridenti, e por nós consideradas importantes para compreender a luta armada.

Quadro 1: Subdivisões no interior da esquerda socialista/comunista

Caráter da Revolução Brasileira	Formas de luta para chegar ao poder	Tipo de organização necessária à revolução
Democrática Nacional	Via pacífica	Partido de Vanguarda
	Insurreições de massas	Pequenos grupos militarizados
Socialista	Guerra popular prolongada - guerrilha rural como catalisadora	Exército popular, base - campo
	Foquismo	

(Elaborado pela autora, com base em Ridenti (2010) p.32-56.)

A estratégia democrática-nacional era combinada com a via pacífica e democrática e com o modelo do partido de vanguarda. O PCB era o melhor exemplo, defendia que a burguesia brasileira deveria compor um bloco revolucionário com o objetivo de libertar a nação do imperialismo, e com isso amadurecer o capitalismo no Brasil. Já a estratégia socialista era combinada com as insurreições de massas, com

as várias formas de guerra de guerrilhas e, em relação ao modelo de organização, poderia ser tanto um partido de vanguarda como pequenos grupos militarizados. A estratégia das facções armadas era a socialista, pois estas organizações defendiam que o capitalismo no Brasil já estava plenamente desenvolvido, e a burguesia nacional assumia posição de colaboração, cooperação e aliança com o

imperialismo, o que as tornavam aliadas, e jamais inimigas de classes.

No geral, ainda que as estratégias, as formas de luta e o tipo de organização fossem temas que despertavam calorosos debates entre as esquerdas, que divergiam e se fragmentavam motivadas por essas questões, ainda assim as facções armadas agiam de forma muito parecida, e isso acontecia pelas condições materiais sob as quais elas se encontravam, a clandestinidade, a repressão, e pela similitude de suas bases sociais e seu consequente problema de representação.

2.3 Moral revolucionária

Lilian Back (2001) fez um estudo comparativo entre duas organizações revolucionárias, a ALN (Brasil) e o PRT-ERP (Argentina), com o objetivo de entender como essas organizações forjavam a identidade de seus militantes, e quais as características reais dos mesmos. Ainda que entre as esquerdas fossem recorrentes as divergências teóricas

sobre formas de lutas e análises conjunturais, havia certos parâmetros compartilhados pelas facções desse campo político. Esses parâmetros advinham da moral que circunscrevia o conjunto das grandes experiências da esquerda no campo da luta de classes. Back nos lembra que

desde Engels, Gramsci, e Lukács a Mao Tse Tung, Che Guevara e Fidel Castro, são elencados ascetismo, solidez teórica e política, auto-sacrifício, iniciativa, disciplina, generosidade, modéstia, engajamento, espírito de camaradagem, disponibilidade, simplicidade, altruísmo, “despojamento heroico cotidiano” (palavras de Fidel), discrição, submissão aos interesses coletivos (BACK, 2001, p.4).

Os militantes eram indivíduos que, em nome de um projeto revolucionário de cunho socialista/comunista que na verdade era muito mais anti-ditatorial, portanto democrático construíam a si mesmos com base em parâmetros descritos por agentes políticos envolvidos das revoluções épicas. Nesse sentido, ainda que as esquerdas estivessem fragmentadas, a moral revolucionária que agia como uma herança no plano da cultura

política, e que culminava na construção de um novo homem, era um fator de coesão. E esse era um traço comum entre a diversidade das facções armadas. Vemos no estudo de Back (2001) ecos do que Reis Filho escrevera em 1990. Essa moral forjada pela esquerda armada foi um dos elementos que pesaram para sua própria derrota, pois a imobilizava e seccionava. Back nos informa que o imobilismo era rechaçado pelas facções armadas (2001, p.15), e isso nos revela uma contradição entre o *ser* e o *vir a ser* dos militantes. Essa contradição também aparece na composição social e na representação, como vimos anteriormente. Destacamos das conclusões de Back o que importa para este trabalho, ou seja, havia uma predisposição dos militantes guiada pela moral revolucionária, forjada pela inteligência coletiva das facções à violência, à transposição da ação em relação à teorização e por isso “um rechaço ao intelectualismo e ao imobilismo” (BACK, 2001, p.15). Ou

seja, Back vê a moral dos grupos armados como voltada ao combate, à sobrevivência da luta política, e Reis Filho vê essa mesma moral como desagregadora da esquerda.

Daniel Aarão Reis Filho (1990) também elenca características que eram prezadas pelos comunistas, os quais definiam suas organizações como “Estados Maiores revolucionários”. Para Reis Filho, à medida que as organizações se afirmavam Estados Maiores, a manutenção dos princípios tinha importância maior que o processo real da luta de classes no Brasil. Segundo o autor, essa lógica acabou debilitando a ação política dos comunistas, e os conduziram às sucessivas derrotas. Em suma, a moral revolucionária dá coesão à organização, e na mesma medida limita suas ações, pois o conjunto de valores e concepções gera impasses para a ação interna e externa com aliados e não aliados.

2.4 Violência revolucionária e memória social

O uso da violência é característica básica da esquerda armada. Gorender apresenta uma abordagem clássica, afirmando que a violência da esquerda representante dos oprimidos é uma resposta à violência dos militares representantes dos opressores. O golpe teria gerado entre a esquerda uma violência retardada. Essa tese torna, em alguma medida, nebulosa a história da esquerda que, muito antes do AI-5 e mesmo do golpe em 1964, já vinha esboçando táticas armadas revolucionárias, como é o caso das Ligas Camponesas. Sobre isso defendemos que o motivador para a esquerda rever suas táticas e preferir às armas em detrimento das ações de massa foi o golpe militar, bem como o aprofundamento da repressão militar em 1968, que marcou o ápice da opção pela via armada, mas duvidamos que a esquerda armada tenha sido constituída apenas em resposta a

esses fatos. Conforme vimos no início, Moraes (1989) defende que sim, que a luta armada teve como base motivadora o golpe e a legitimação do Estado Autoritário (fatores internos). Ridenti coloca que “a resistência armada teria sido o último recurso para aqueles que ficaram sem espaço de atuação” (RIDENTI, 2010, p.63), soma-se a isso o fato de que a esquerda que lutava antes do golpe não era mais a mesma daquela que se constituiu depois do golpe, mais especificamente depois do AI-5¹. Ou seja, a tese da violência retardada, ainda que revele vários aspectos da esquerda, como seus limites em relação ao uso da violência, oculta outros, que dependem da percepção da continuidade da composição das facções da extrema esquerda. Portanto, a constituição e o fortalecimento da esquerda armada devem ser observados num prisma

¹ João Quartim de Moraes nos lembra de que grande parte dos militantes da esquerda armada estavam, em 1964, envolvidos com movimentos de massas, sobretudo o estudantil.

que extrapola o período da ditadura militar.

Nascimento (2004) fez uma análise das produções acadêmicas de 1980 e 1990 dentre elas a de Gorender sobre a esquerda durante o regime militar. Para o autor, essas produções “insistiram como premissa básica na tese do ‘suicídio revolucionário’ e na busca das ‘causas da derrota’, do projeto revolucionário, a fim de atender as demandas políticas da conjuntura política dos anos 80” (2004, p. 48). Ou seja, Nascimento defende que as produções desse gênero estavam ligadas ao novo projeto político, materializado no Partido dos Trabalhadores, quer dizer, “no começo de 80, em particular, deu origem a uma concepção da luta política norteadas pela crítica a qualquer forma de práxis sustentada na guerra de guerrilhas” (p.49). Soma-se a isso o fato de que na segunda metade dos anos 1980 “a democracia foi aparecendo e se impondo como valor a ser

incorporado pela esquerda brasileira, marcada, como toda a sociedade na época, por concepções e práticas autoritárias” (ROLLEMBERG, 2007, p. 291), exigindo dos antigos guerrilheiros uma nova postura frente à sociedade. Disso compreendemos que essa nova esquerda pós-80 formou-se a partir da negação da violência como tática política. Compreendemos que essa negação tem por base os erros cometidos pelas facções armadas que, envoltas em violência, construíram-se e destruíram-se ou foram destruídas por ela. É como se a violência fosse crescendo à medida que a democracia fosse suprimida, e sua prática criticada, na mesma medida que a democracia voltasse a reger.

Contudo, o que hoje se sabe, se pensa e se divulga sobre a experiência armada da esquerda durante a ditadura militar gira em torno, sobretudo, da anistia e dos direitos humanos, envoltos na perspectiva da memória. Sobre isso,

Vitor Amorim de Ângelo fez um estudo com o objetivo de compreender os reflexos da relação entre esquerda armada e ditadura militar na memória social. Para este autor, a violência vivenciada pela esquerda era envolta na assertiva de que “a guerrilha, na verdade, facilitou a vitória do regime e não sua derrota ao lhe fornecer o argumento de que precisava para ampliar a repressão” (2012, p.1). Ou seja, a violência do oprimido intensificou a violência do opressor que, muito mais provido de recursos de guerra, teve facilidade em dismantelar o projeto revolucionário de esquerda.

Nesse contexto, a memória social da luta armada está imersa em mitos, que ocultam a derrota relativamente fácil à repressão militar. Os ideais de revolução socialista das organizações armadas deram espaço, na memória social, para a lógica democrática, o que explica de certa forma o foco na anistia e nos direitos humanos que

atualmente abrange a história da luta armada. Para Ângelo, a luta armada não chegou a ameaçar a ditadura, como a memória social da esquerda sustenta, no entanto, a construção dos mitos que envolvem essa memória cumpre uma função de capital simbólico (ANGELO, 2012, p.23) no seio da atual esquerda. Essa conclusão do autor é instigante, pois demonstra que a experiência armada se estendeu no percurso da práxis da esquerda brasileira.

2.5 Procedimentos metodológicos da literatura

Esse conjunto de informações sobre a esquerda armada resulta de várias pesquisas históricas e sociais, com procedimentos metodológicos bem diferentes. O quadro 2 resume a forma como a literatura histórica e social aborda a esquerda armada brasileira. Nele verificamos que o uso dos métodos analíticos das ciências sociais é minoritário. E, como utilizamos referências clássicas da

década de 1980, observa-se forte ênfase na lógica da derrota.

Quadro 2: principais estudos sobre esquerda armada brasileira

(Elaborado pela autora, dados coletados)

Autor (a) e grande área	Problema	Hipóteses	Procedimentos metodológicos	Algumas Conclusões
<i>J.Q. de Moraes, Ciências Sociais</i>	Qual a relação entre movimentos de massas e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968?	A condição política fundamental para a luta armada foi a ditadura militar, e a pré-condição foi a CF-67	Separa "eventos" de "processos"; confronta eventos históricos com a possibilidade do contrário, estabelece relações causais, compara.	Mobilização estudantil desencadeou-se por motivos internos, confirma-se a hipótese. O encontro entre mobilizações de massa e luta armada fez surgir a certeza de que a estratégia era outra.
<i>M.S. Ridenti Ciências Sociais</i>	Qual as raízes sociais e o significado da luta dos grupos de esquerda, sobretudo os armados?	A revolução brasileira frustrou e não amadureceu, o acerto de contas é fundamental para que os erros não se repitam.	Remonta a órbita política da esquerda e suas composições sociais. Utiliza dados do BNM, entrevistas e depoimentos. Uso da estatística.	As organizações clandestina marginalizaram-se e perderam representação; o inimigo principal tornou-se a ditadura.
<i>D.A. Reis Filho História</i>	Como explicar a derrota dos comunistas brasileiros?	Manter os princípios era fundamental para a esquerda, bem como a criação da vanguarda; os motivos para as reviravoltas na esquerda eram internos; predominavam os intelectuais, sobretudo na cúpula.	O autor mostra-se intensamente envolvido com o objeto, logo faz uma análise histórica, clínica e explicativa da fragmentação, dos impasses e das atitudes dos comunistas frente ao AI-5	A derrota das esquerdas ocorreu pois a natureza das organizações era formada por características que debilitavam as ações dos comunistas.
<i>J. Gorender História</i>	Esclarecer fatos políticos da relação entre esquerda e ditadura militar.	A esquerda armada brasileira copiava os modelos revolucionários de outros países, no entanto sua constituição ocorreu como resposta ao golpe militar, a violência retardada.	O autor mostra-se intensamente envolvido com o objeto, logo faz uma análise histórica e clínica, a partir de pesquisa documental, observação, participação e análise literária.	A esquerda errou em não ter se preparado para o combate armado; este representou uma violência retardada a 1964; o milagre econômico foi importante para o declínio da esquerda.
<i>V.A. de Angelo História</i>	Qual a relação entre ditadura militar e esquerda armada e qual o reflexo disso na memória social?	O aprofundamento da ditadura com o AI-5 deve ser explicado pela luta armada, formada por organizações que depois passam a serem vistas como combatentes pela democracia.	Identificou elementos constitutivos da memória; reconstruiu o contexto histórico no qual se estruturou essa memória.	A esquerda armada justificou a repressão, pois era vista como inimigo interno; sua fragmentação facilitou a repressão; a luta armada não ameaçou a ditadura, e passou a ser vista como a luta pela democracia.
<i>L. Back História</i>	Comparar a moral revolucionária preconizada pelo PRT-ERP e pela ALN e compará-las com os militantes reais.	O novo homem era o indivíduo moral dessas organizações de esquerda.	Pesquisa ex-post-facto, com variáveis independentes não-manipuláveis. Análise comparativa.	A moral forjada por ambas as organizações divergiam do imobilismo e intelectualismo, e convergiam a ação e a violência. Moral <i>de e para</i> o combate.
<i>D.M. Nascimento História</i>	Qual o diagnóstico produzido em 1980/90 sobre a esquerda armada?	O diagnóstico é composto por críticas as ações e concepções da esquerda armada, e está subordinado ao projeto político do PT.	Vai do micro (guerrilha do Araguaia) para o macro (guerrilhas no Brasil). Pesquisa bibliográfica com estudo de casos.	As causas da derrota guiam a crítica a experiência armada; é preciso estudar esta dissociada da defesa do PT.
<i>A.F. Ramos História</i>	Como foi modificado o papel do intelectual revolucionário?	A acusação de vícios pequeno-burgueses era tendência entre os militantes de esquerda; a luta armada fez o intelectual ser substituído pelo combatente.	Analisar depoimentos e apontar diferenças entre os documentos dos partidos e os depoimentos dos combatentes.	Os intelectuais não conseguem agir de acordo com interesses de uma classe que não é de origem; por isso a identidade de classe se constitui numa fragilidade da esquerda.
<i>D. Rollemberg História</i>	Como parte da esquerda evoluiu no exílio a respeito da sua participação política?	Os valores democráticos foram, numa dinâmica histórica, sendo impostos a esquerda.	Análise de exemplares da revista "Debate", comparação das matérias contidas na revista com suas ações políticas.	A "Debate" foi renovada no exílio, e mesmo negando ser plural constituiu-se assim.

de toda a bibliografia).

Considerações finais

Grande parte da produção acadêmica que contempla a luta armada no Brasil durante a Ditadura Militar advém de pesquisas históricas, além disso, muitas são realizadas por ex-militantes das organizações armadas. Nascimento (2004) analisa alguns estudos feitos na década de 1980 por ex-militantes, que no decorrer de um processo de crítica e autocrítica, rompem com a política das armas para construir um projeto democrático, logo, suas teses expressam algo parecido com um acerto de contas com o período da luta armada.

Depois dessa fase da literatura, comprometida, segundo o autor, com o projeto do PT, as pesquisas sobre as facções armadas tendem a destacar essa experiência da totalidade histórica, limitando a conexão dela com organizações políticas atuais. Isso não ocorre com o trabalho de Back (2001), por exemplo, que estuda

a forma como se processou a construção da memória social da esquerda armada brasileira. No entanto, as pesquisas históricas nos fornecem dados importantes para perceber a estrutura do campo político. Carlos Fico coloca que “processa-se uma mudança geracional, sendo cada vez mais frequente que pesquisadores do tema não tenham *parti pris*” (2004, p.29). Ou seja, existe uma tendência de a literatura sobre luta armada no Brasil, no campo da História ou das Ciências Sociais, superar as análises guiadas pela lógica da derrota.

Os autores que utilizamos para compor este estudo foram mapeados a partir das categorias: tipo de pesquisa, problema, hipótese, procedimentos metodológicos e conclusões, como demonstrado no quadro 2, exibido anteriormente. A respeito disso, nossa primeira conclusão gira em torno do reconhecimento de que mais variáveis devem ser mobilizadas para compreender os ecos das facções

armadas na política da esquerda atual. A análise guiada pela derrota encerra o assunto. Outra conclusão revelada pelo estudo e presente no quadro 2 é o uso estatístico aplicado ao objeto, muito carente na literatura. Temos certeza de que os números revelam pouco sobre a realidade social, no entanto, torna-se fundamental a quantificação quando se pretende demonstrar e remontar um universo de relações sociais. Podemos afirmar que os estudos feitos até então sobre a esquerda armada brasileira do período ditatorial-militar, não revelam ou revelam pouco o peso dessa experiência no campo político brasileiro da atualidade.

Também concordamos que os motivos que consagraram a militarização das facções foram: a impossibilidade de agir nas ruas e em espaços públicos, mobilizando massas; a descrença nos métodos revolucionários preconizados pelas organizações precedentes, como o PCB e a internacional comunista; as

vitórias de algumas organizações marxistas que se basearam na luta armada, em Cuba, China, etc.; o amadurecimento do espírito de vanguarda combinado com a certeza da necessidade de um partido que guie a classe trabalhadora; e, principalmente, a violação de direitos de natureza democrática. De modo geral, o conjunto da literatura nos permitiu gerar essas questões, em acordo e em desacordo com nossas referências bibliográficas.

O conjunto da literatura sobre a esquerda armada nos fornece dados detalhados da forma de organização hierárquica, das teses revolucionárias, dos traçados táticos, das histórias dos militantes, entre outros aspectos. Isso representa que o estudo deste objeto está localizado num terreno fértil da história. Além disso, são inúmeras as matérias jornalísticas e memorialísticas sobre o tema, o que potencializa as pesquisas nesse campo. Os autores que estiveram envolvidos com as organizações armadas tendem a vê-

las sob o prisma dos erros e acertos, e aqueles que não tiveram *parti pris* tendem a explorar novos aspectos, como a memória, o intelectual e o guerrilheiro, e a moral, por exemplo.

A ascensão e o declínio da esquerda foram relacionados a muitos fatores, e neste trabalho concluímos que os motivos da ascensão são aqueles listados como de uma necessária militarização, e a derrota está ligada à composição social e à conjuntura em que a esquerda armada atuava. Ou seja, a vanguarda revolucionária era formada por indivíduos das frações mais abastadas da classe trabalhadora, e até mesmo de frações da burguesia. Isso gera o que Ridenti chamou de problema de representação. Este problema, junto à intensa repressão e criminalização da esquerda, fez murchar as bases de apoio das organizações armadas, que gradualmente isolaram-se, impossibilitadas de participarem da órbita política. Pensamos que a memória social da esquerda armada,

da forma como Back coloca, relacionada ao projeto democrático, tenha sido uma resposta a este processo.

Dessa forma, poderíamos entender a esquerda armada brasileira como uma fase radicalizada da esquerda, a partir de um processo ditatorial extremamente repressivo, inspirada nos grandes processos revolucionários que se desencadeavam em todo o mundo. Seu declínio tem menos relação com os possíveis erros de ação e concepção das organizações, e também com as condições em que estas estavam inseridas, além do problema de representação e projeção das bases sociais. Mesmo assim,

todos os grupos de esquerda, armados ou não, embora gestados em lutas sociais, tornavam-se cada vez mais exteriores e distantes dos trabalhadores, pretendendo impor-lhes as políticas mais diversas, de fora e de cima para baixo, alheios à sua realidade social. Nenhum grupo tinha condições de converter-se numa efetiva representação de classe, todos tendiam a arvorar-se em agentes-substitutos da ação política da classe trabalhadora, entrando numa

dinâmica que não os levariam a lugar algum (RIDENTI, 2010, p.252).

Ao contrário do que afirma Ridenti ao final dessa passagem, acreditamos que a luta armada levou todo o conjunto da esquerda a novas concepções de luta, portanto a luta armada foi um momento de transformação em todo o campo da esquerda.

Em suma, este trabalho nos possibilitou compreender alguns processos que envolveram e foram envolvidos pelas ações políticas de agentes da luta armada, guiados pelas teses marxianas e marxistas revolucionárias. Notamos a necessidade de estudar os efeitos da experiência da luta armada na composição *doxas* e *habitus* da

atual esquerda. Para isso, seria importante considerar todo o leque de estudos científicos do período e do campo específico, bem como matérias jornalísticas e documentos das organizações. Foi notável também a divisão no campo científico de investigação: quem estuda a esquerda armada é guiado por vontades políticas individuais e organizacionais, ou quem estuda a esquerda armada está comprometido em esmiuçar um campo social com objetividade? De qualquer forma, nos deparamos com um universo a ser explorado pelas Ciências Sociais, mais especificamente pela Sociologia Política e pela Ciência Política.

Referências

ANGELO, V.A. *Ditadura Militar, esquerda armada e memória social no Brasil*. XI BRASA Congress. University of Illinois at Urbana-Champaign. 06-08 September 2012.

BACK, L. Moral Revolucionário e construção do “novo homem” na esquerda armada revolucionária. Uma comparação entre a ALN-Brasil e o PRT-ERP-Argentina. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* ANPUH São Paulo, julho 2001.

- FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.24, n° 47, p.29-60, 2004.
- GIL, A.C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. 5ª impressão. São Paulo: Atlas, 2012.
- GORENDER, J. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. Série Temas, vol. 3. São Paulo: Ática, 1987.
- MORAES, J.Q. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. *Revista Tempo Social*; USP, vol. 1, São Paulo: 1989, pp. 135-158.
- NASCIMENTO, D.M. Revisão Crítica da tese do “suicídio revolucionário”. *Revista de História Regional* 9 (1): 45-78, Verão 2004.
- RAMOS, A.F. A luta contra a ditadura militar e o papel dos intelectuais de esquerda. *Revista de História e Estudos Culturais*. Vol. 3. Ano III n° 1. 2006.
- REIS FILHO, D.A. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RIDENTI, M.S. *O fantasma da revolução brasileira*. 2ª ed. Revisada e ampliada São Paulo: Unesp, 2010.
- ROLLEMBERG, D. *Debate no exílio: em busca da renovação*. In: História do Marxismo no Brasil. Vol. 6. Organizadores: Marcelo Ridenti e Daniel A.R. Filho Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.